



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Regiane Rodrigues Peixoto

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SALA DE VACINA: uma necessidade primordial do
enfermeiro.

Palmas - TO

2019

Regiane Rodrigues Peixoto

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SALA DE VACINA: uma necessidade primordial do
enfermeiro.

Monografia elaborada como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do curso de bacharel em Enfermagem pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof. Especialista Evelini Franco Hiramatsu.

Palmas - TO

2019

Regiane Rodrigues Peixoto

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SALA DE VACINA: uma necessidade primordial do
enfermeiro.

Monografia elaborada como requisito parcial para
aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso (TCC II) do curso de bacharelado em
Enfermagem do Centro Universitário Luterano de
Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof.^a Especialista Evelini Franco
Hiramatsu.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Especialista Evelini Franco Hiramatsu
Orientadora
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Dra. Jessimira Soares Muniz Pitteri
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Dra. Solange Maria Miranda Silva
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO
2019

“Escolha uma ideia. Faça dessa ideia a sua vida. Pense nela, sonhe com ela, viva pensando nela. Deixe cérebro, músculos, nervos, todas as partes do seu corpo serem preenchidas com ideia. Esse é o caminho para o sucesso”.

Swami Vivekananda

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, em especial meus filhos, Ana Caroline, Àgatha e Arthur e ao meu esposo Fernando. Obrigada por fazerem parte deste momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado forças para chegar até aqui. Agradeço ao meu querido esposo Fernando, que com sua paciência de “Jó” foi meu ajudador e companheiro, durante essa batalha. Agradeço à minha Orientadora Evelini Franco Hiramatsu, que com seu coração bondoso, calma e sabedoria me acolheu para ser sua Orientanda, obrigada pela confiança e por acreditar que seria capaz. Agradecer às minhas amigas de jornada Márcia e Orlineide, pelas palavras positivas, pelas trocas de experiências, pela motivação.

Gratidão a todos.

RESUMO

PEIXOTO, Regiane Rodrigues. **EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SALA DE VACINA: uma necessidade primordial do enfermeiro**. 2019.38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Enfermagem, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2019.

A imunização é um dos meios mais seguros, econômicos e efetivos para erradicação de doenças incapacitantes e da mortalidade infantil no primeiro ano de vida. As atividades de imunização devem ser realizadas por uma equipe de enfermagem treinada para a conservação, manuseio e administração das vacinas. A capacitação, bem como a educação permanente da equipe, é responsabilidade do enfermeiro da unidade, com o objetivo de oferecer uma vacina eficaz, com os menores eventos adversos possíveis e ausência de procedimentos e técnicas inadequadas. Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura e os dados foram levantados nas bases: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Redalyc e Portal CAPES, permitindo selecionar 19 publicações, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Os objetivos do estudo foram: descrever os pontos positivos da educação permanente para a equipe em sala de vacina; analisar os entraves que dificultam o processo de educação permanente; identificar os principais pontos em sala de vacina a serem explorados pelo enfermeiro em educação permanente. Os resultados mostraram que a educação permanente em sala de vacina é uma estratégia necessária para garantia da efetividade no serviço de imunização. Identificou-se que os entraves que dificultam o processo de educação permanente estão relacionados à falta de tempo dos enfermeiros que acumulam várias atividades tanto nos serviços gerenciais quanto assistenciais, deixando-os sobrecarregados. Concluiu-se que o enfermeiro deve repensar seu papel na sala de vacina e estabelecer o critério de educação permanente para garantir a efetividade no programa de imunização.

Palavras-chave: Educação Permanente. Imunização. PNI. Enfermagem.

ABSTRACT

PEIXOTO, Regiane Rodrigues. **EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SALA DE VACINA: uma necessidade primordial do enfermeiro.** 2019.38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Enfermagem, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2019.

Immunization is one of the safest, most cost-effective and effective means of eradicating disabling diseases and infant mortality in the first year of life. Immunization activities should be carried out by nursing staff trained in the conservation, handling and administration of vaccines. Training, as well as continuing education of the staff, is the responsibility of the unit's nurse, with the aim of providing an effective vaccine, with the least possible adverse events and the absence of inadequate procedures and techniques. This is a narrative literature review study and the data were collected from the Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Redalyc and CAPES Portal, allowing the selection of 19 publications according to the inclusion and exclusion criteria. The objectives of the study were: to describe the positive points of continuing education for the team in the vaccine room; to analyze the obstacles that hinder the continuing education process; to identify the main points in the vaccine room to be explored by nurses in continuing education. The results showed that continuing education in the vaccine room is a necessary strategy to ensure the effectiveness of the immunization service. It was identified that the obstacles that hinder the continuing education process are related to the lack of time of nurses who accumulate various activities in both management and care services, leaving them overloaded. It was concluded that nurses should rethink their role in the vaccine room and establish the criterion for continuing education to ensure the effectiveness of the immunization program.

Keywords: Permanent Education. Immunization. PNI. Nursing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo das obras literárias em ordem cronológica decrescente, de 2019 a 2009.....	20
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Calendário nacional de vacinação 2018.....	15
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
DTP	Vacina Tríplice Bacteriana
EC	Educação Continuada
EP	Educação Permanente
EPS	Educação Permanente em Saúde
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
PNI	Plano Nacional de Imunização
SUS	Sistema Único de Saúde
SNVE	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
SciELO	Biblioteca Científica Eletrônica Online

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	13
1.2 PROBLEMA.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 OBJETIVOS.....	14
1.4.1 Objetivo Geral.....	14
1.4.2 Objetivos Específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (PNI).....	15
2.2 PAPEL DO ENFERMEIRO NO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO.....	16
2.3 EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	17
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	18
3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO.....	18
3.2 FONTE DE DADOS.....	18
3.3 LOCAL E PERÍODO.....	18
3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO.....	19
3.4.1 Critério de Inclusão.....	19
3.4.2 Critérios de Exclusão.....	19
3.5 ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS.....	19
4. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	20
4.1 PONTOS POSITIVOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A EQUIPE EM SALA DE VACINA.....	25
4.2 ENTRAVES QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE..	28
4.3 PRINCIPAIS PONTOS EM SALA DE VACINA A SER EXPLORADO PELO ENFERMEIRO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.

A imunização é um dos meios mais seguros, econômicos e efetivos para erradicação de doenças incapacitantes e da mortalidade infantil no primeiro ano de vida. O Brasil é reconhecido por ter o melhor programa de Imunização (PNI) do mundo, sendo usado como exemplo por diversos países. Entretanto, mesmo com a disponibilização de vacinas de forma gratuita a todo e qualquer cidadão brasileiro, inclusive aos mais vulneráveis, a cobertura vacinal vem caindo significativamente. Um dado que se torna preocupante, uma vez que traz a insegurança da volta de doenças já erradicadas (SILVA et al., 2018).

Diante desse cenário, é importante entender que o PNI para atuar com eficiência precisa ser eficaz em alguns pontos-chaves, dentre eles, com relação à vacina (resposta imunológica adequada) e para que isso ocorra, as vacinas devem estar em condições ideais de conservação, esquema adequado, orientações corretas e principalmente a técnica de aplicação ideal. Exigindo assim do vacinador, conhecimento teórico e prático. (PINTO; CAETANO; SOARES, 2001).

No tocante à imunização, as atividades devem ser realizadas por uma equipe de enfermagem treinada para a conservação, manuseio e administração das vacinas. A capacitação, bem como a educação permanente da equipe, é responsabilidade do enfermeiro da unidade, com o objetivo de oferecer uma vacina eficaz, com os menores eventos adversos possíveis e ausência de procedimentos e técnicas inadequadas (MOCHIZUKI, 2017).

Dessa forma, Jesus et al. (2011) descrevem a educação permanente na enfermagem como um meio de contribuir para a formação profissional, visando à mudança de atitudes e comportamento. O Enfermeiro como multiplicador de conhecimento, precisa motivar a sua equipe à busca por tecnologias de atualização profissional, para o autoconhecimento e a autorreflexão. Sendo assim, faz-se necessário uma educação permanente constante em sala de vacina para que o indivíduo em seu contexto profissional seja munido de habilidades, e se torne pró-ativo naquilo que se proponha a realizar durante a sua vida profissional.

1.2 PROBLEMA

Por que a educação permanente em sala de vacina aparece como uma atividade primordial do enfermeiro?

1.3 JUSTIFICATIVA

Os profissionais de enfermagem têm participação efetiva no processo de conservação e administração dos imunobiológicos, e para efetividade e eficácia do PNI é necessária uma capacitação constante desses profissionais que operacionalizam este programa tão exitoso em nosso país. Uma vez que ações educativas no ambiente de trabalho podem representar oportunidades para instrumentalizá-lo como eixo educativo, privilegiando o enfrentamento e a solução de problemas (MELO; OLIVEIRA; ANDRADE, 2010).

Corroborando, Assad et al., (2016) afirmam que a equipe de enfermagem tem papel fundamental nesse contexto, descrevendo a EPS (Educação Permanente em Saúde) como estratégia que deve ser empregada a todos os profissionais envolvidos, já que um dos objetivos da EPS é trazer ao profissional uma visão crítica sobre o processo de imunização e a realidade encontrada na atenção básica em salas de vacina, como acompanhamento das coberturas vacinais, busca ativa de faltosos entre outros.

Assim, Melo; Oliveira; Andrade (2010) descrevem que as unidades de saúde devem adotar prioritariamente o estabelecimento de educação continuada e a prática de supervisão que colabore para a aplicação do aprendizado na prática cotidiana, tendo em vista que existe um distanciamento entre a teoria e a prática em sala de vacina.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Investigar a importância do papel do enfermeiro em sala de vacina, no tocante à educação permanente, através de uma revisão de literatura.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Descrever os pontos positivos da educação permanente para a equipe em sala de vacina;
- Identificar os entraves que dificultam o processo de educação permanente;
- Identificar os principais pontos em sala de vacina a serem explorados pelo enfermeiro em educação permanente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (PNI)

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, de acordo com Silva e Junior (2013) é responsável pela organização da política nacional de vacinação da população brasileira, sendo que, ao longo dessas últimas quatro décadas consolidaram-se como intervenção de Saúde Pública contribuindo para a queda da mortalidade e morbidade por doenças transmissíveis em nosso país.

Segundo Domingues e Teixeira (2013), o PNI foi criado com a missão de coordenar as ações de imunização no país, antes organizadas em programas isolados de controle de doenças. Sendo que, em 1977, foi publicado o primeiro calendário nacional de vacinação, normatizando a vacinação da população infantil com as seguintes vacinas: vacina Bacilo Calmette-Guerin BCG, tríplice bacteriana (DTP), vacina monovalente contra sarampo; e vacina oral contra poliomielite (VOP). Atualmente, o calendário vacinal foi modificado, trazendo assim, uma variedade de vacinas à população brasileira, conforme a Figura 1.

Figura 1– Calendário nacional de vacinação 2018, Brasil (2018).

CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO		CRIANÇAS ATÉ SEIS ANOS DE IDADE	ATUALIZADO 19.10.2018
IDADE	VACINAS		
A PARTIR DO NASCIMENTO	BCG ¹ HEPATITE B ²	01. Caso a vacina BCG não tenha sido administrada na maternidade, aplicar na primeira visita ao serviço de saúde.	
2 MESES	VACINA VIP ³ PENTAVALENTE (DTP+Hib+HB) ROTAVÍRUS ⁴ PNEUMOCÓCICA 10 VALENTE	02. A vacina hepatite B deve ser administrada preferencialmente nas primeiras 12 horas de vida, ainda na maternidade. Caso não tenha sido administrada na maternidade, aplicar na primeira visita ao serviço de saúde. Se a primeira visita ocorrer após a 6ª semana de vida, administrar a vacina pentavalente (DTP-Hib-HB).	
3 MESES	MENINGOCÓCICA C	03. Vacina inativada poliomielite.	
4 MESES	VACINA VIP ³ PENTAVALENTE (DTP+Hib+HB) ROTAVÍRUS ⁵ PNEUMOCÓCICA 10 VALENTE	04. A 1ª dose da vacina rotavírus deve ser aplicada aos 2 meses de idade. A idade mínima para administração desta dose é de 1 mês e 15 dias e a idade máxima é de três meses e 15 dias. 05. A 2ª dose da vacina rotavírus deve ser aplicada aos 4 meses de idade. A idade mínima para administração desta dose é de 3 meses e 15 dias e a idade máxima é de 7 meses e 29 dias.	
5 MESES	MENINGOCÓCICA C	06. Vacina oral poliomielite.	
6 MESES	VACINA VIP ³ PENTAVALENTE (DTP+Hib+HB)	07. A vacina DTP(difteria,tétano e coqueluche) só pode ser administrada em crianças até 6 anos, 11 meses e 29 dias. A partir dos 7 anos de idade, utilizar a vacina dupla adulto.	
9 MESES	FEBRE AMARELA	08. A vacina tetraviral deverá ser administrada em crianças que já receberam uma dose de Sarampo-caxumba-rubéola.	
12 MESES	SARAMPO-CAXUMBA-RUBÉOLA (SCR) PNEUMOCÓCICA 10 VALENTE MENINGOCÓCICA C	09. A 2ª dose deve ser aplicada de 4 anos a 6 anos, 11 meses e 29 dias.	
15 MESES	TETRAVIRAL (SCR+VARICELA) ⁸ VOP ⁶ DTP ⁷ HEPATITE A ¹¹	10. Disponível na rede pública durante os períodos de campanha. Crianças a partir de 6 meses. 11. Vacina disponível para crianças de até 4 anos, 11 meses e 29 dias.	
4 ANOS	VOP ⁷ DTP VARICELA (2ª dose) ⁹		
ANUALMENTE	INFLUENZA ¹⁰		

BCG – Vacina BCG (contra tuberculose)
VIP – Vacina poliomielite 1,2 e 3 (inativada)
VOP – Vacina poliomielite 1,2 e 3 (atenuada)
DTP – vacina adsorvida difteria, tétano e pertussis (tríplice bacteriana)

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde/CVE/Divisão de Imunização

Assim, nesses 45 anos de existência, o desempenho do PNI foi extremamente relevante, alcançando avanços consideráveis ao solidificar a estratégia de vacinação nacional. As metas mais recentes contemplam a eliminação do tétano neonatal e sarampo. A essas, se totaliza o controle de outras doenças imunopreveníveis como Coqueluche, Difteria, e Tétano acidental, Hepatite B, Meningites, Febre Amarela, formas graves da Tuberculose, bem como, a manutenção da erradicação da Poliomielite (BRASIL, 2018).

Dessa forma, o PNI é um programa com múltiplos avanços, sendo seu objetivo principal, desde sua criação, proporcionar todas as vacinas com qualidade a todas as crianças que nascem anualmente em nosso país, tentando alcançar coberturas vacinais de 100% de forma igualitária em todos os Estados, prestando um serviço de qualidade à população (BRASIL, 2018, TEIXEIRA e ROCHA 2010).

2.2 PAPEL DO ENFERMEIRO NO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO

De acordo com o PNI, as atividades de manuseio das vacinas, bem como conservação e local adequado e sua administração deva ser realizada pela equipe de enfermagem capacitada; sendo composta por dois técnicos de enfermagem para cada turno e supervisionada pelo enfermeiro que seria responsável pelas atividades da sala de vacina e pela educação permanente da equipe (BRASIL, 2014).

Queiroz et al., (2009) descrevem também que, além das atividades descritas acima pelo PNI é de responsabilidade desses profissionais: orientar, prestar assistência com segurança, responsabilidade e respeito com o cliente. O enfermeiro deve atuar não apenas na provisão dos materiais e imunobiológicos, mas acompanhar as doses de vacinas administradas de acordo com as metas, buscar por faltosos, divulgar os imunobiológicos disponíveis, avaliar e acompanhar sistematicamente as coberturas vacinais e buscar periodicamente atualização tecnocientífica.

Entretanto, mesmo com os ótimos resultados que o PNI vem alcançando nesses últimos anos, Oliveira et al. (2013) afirmam inúmeras deficiências na sala de vacina, desde sua conservação, até mesmo a baixa cobertura em algumas regiões. Sendo imprescindível a supervisão sistematizada realizada pelo enfermeiro, a fim de visar o desenvolvimento da equipe e a qualidade da assistência prestada ao cliente.

2.3 EDUCAÇÃO PERMANENTE

Segundo Montanha e Peduzzi (2010) a temática da educação de trabalhadores de enfermagem, é citada na literatura com três diferentes denominações: educação continuada (EC), educação em serviço e educação permanente (EP) que mostram, por um lado, a ausência de consenso sobre educação no trabalho de enfermagem e, de outro, a existência de duas propostas mais consolidadas que têm um caráter complementar e não excludente, embora com marcantes diferenças conceituais - EC e EP.

Para Jesus et al. (2011), a educação permanente destaca a interdisciplinaridade da equipe de saúde, focando em sua prática como fonte do conhecimento e aloca o profissional para agir ativamente no seu processo educativo.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004) a educação permanente mostra-se como uma sugestão de ação estratégica capaz de contribuir para a transformação dos processos formativos, das práticas assistenciais e pedagógicas para a organização dos serviços, empreendendo um trabalho articulado entre o sistema de saúde.

[...] A ideia é usar a Educação Permanente para melhorar a formação e, conseqüentemente, fortalecer o SUS. A Educação Permanente possibilita, ao mesmo tempo, o desenvolvimento pessoal daqueles que trabalham na Saúde e o desenvolvimento das instituições. Além disso, ela reforça a relação das ações de formação com a gestão do sistema e dos serviços, com o trabalho da atenção à saúde e com o controle social (...). Eles devem levar os diferentes atores que atuam no setor da Saúde a questionar sua maneira de agir, o trabalho em equipe, a qualidade da atenção individual e coletiva e a organização do sistema como rede única [...] (BRASIL, 2005, p.8).

Assim, o conhecimento produzido a partir desta investigação in loco, proporcionada pela E.P, contribui para melhorar a compreensão da realidade e assim, definir estratégias mais compatíveis com a necessidade de qualificação dos trabalhadores de enfermagem em seu local de trabalho (JESUS et al., 2011).

Destarte, a Educação Permanente em Saúde vem com intuito de aprimorar o método educacional, visando transformar o processo de trabalho, trazer melhorias e mais qualidade nos serviços. Apesar dos diversos conceitos sobre a educação permanente, todos levam ao mesmo intuito, que é o de trazer ao indivíduo, uma reflexão da realidade no trabalho, e a partir dessa reflexão crítica da sua realidade, ele venha formular estratégias para solucionar os problemas existentes, uma vez a finalidade da EPS é trazer melhorias à saúde da população. (MASSAROLI; SAUPE, 2008).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Foi realizado um estudo de revisão narrativa da literatura, onde o material sobre o tema foi buscado em artigos de periódicos, por meio dos sistemas de informação de busca eletrônica. Segundo Silva e Porto (2016), a revisão de literatura caracteriza-se pelo conhecimento adquirido mediante repetidas leituras, objetivando um texto lógico e coerente que traga sentido a discussão. Consiste em traçar as ideias já existentes, colocando-as em ordem de pensamento, ou seja, dando sentido e seguimento a cada autor estudado.

[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações podendo até orientar as indagações. (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.158).

3.2 FONTE DE DADOS

A população foi composta por 9.322 amostras, sendo encontrados no Scientific Electronic Library Online (SCIELO) 445, Portal CAPES 04 e Redalyc 8.873 publicações como resultado de busca. Em seguida, a seleção ocorreu através dos critérios de inclusão e exclusão, permitindo identificar como amostra 19 estudos, sendo 11 obtidos no SCIELO, 06 no Redalyc e 02 no Portal CAPES.

Para os resultados e discussões foram selecionados artigos dos últimos 10 anos.

Foram utilizadas na pesquisa as seguintes palavras-chave: supervisão, educação permanente, vacinação, sala de vacina, PNI, imunização.

3.3 LOCAL E PERÍODO

A pesquisa ocorreu nas bases de dados citadas acima a partir de materiais acadêmicos relacionados ao tema, entre os meses de fevereiro a maio de 2019.

3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO

3.4.1 Critério de Inclusão

- Estudos em conformidade com o tema proposto.
- Estudos de procedência nacional.
- Palavras-chave: Supervisão, educação permanente, vacinação, sala de vacina, PNI, imunização.
- Materiais publicados entre 2009 e 2019.

3.4.2 Critérios de Exclusão

- Todos os artigos que não se encaixaram nos critérios de inclusão.

3.5 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

A estratégia utilizada se deu através da seleção de artigos publicados até 2019, escritos em português, mediante análise das publicações relacionadas ao tema proposto e que atendiam os critérios relacionados aos descritores.

Em relação ao tratamento dos dados, foi desenvolvida em três fases, conforme descrito abaixo:

- a) 1º fase - exploração dos materiais: leituras e releituras dos artigos/publicações selecionados a fim de conhecer sobre o tema e reter informações importantes para construção da próxima etapa;
- b) 2º fase - seleção das unidades de análise: sentenças, ideias, dados, frases e parágrafos que se apresentavam com maior frequência no objetivo de construir unidades temáticas;
- c) 3º fase - categorização dos estudos: foram demonstradas as interpretações abstraídas no intuito de construir novos conhecimentos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para dar início a exposição dos resultados, apresentamos o quadro a seguir com o demonstrativo das obras literárias que compuseram o estudo.

Quadro 1 – Demonstrativo das obras literárias em ordem cronológica decrescente, de 2019 a 2009.

Autor	Título	Periódico	Ano	Resultados
TRINDADE et al.	As implicações práticas do enfermeiro em saúde da família: um olhar sobre a sala de imunizações	Revista Eletrônica Acervo Saúde	2019	O estudo concluiu que é necessário refletir a atuação do enfermeiro nas salas de vacina, apontando que seu papel é fundamental para que todas as atividades sejam desenvolvidas de maneira efetiva, em todas as etapas de imunização.
OLIVEIRA et al.	A percepção da equipe de enfermagem sobre a segurança do paciente em sala de vacinação	Revista Cuidarte	2019	O estudo mostrou que os profissionais compreendem a importância de uma assistência segura e de qualidade na sala de vacinação, entretanto, muitos fatores ambientais, estruturais e gerenciais interferem na maneira de oferecer a mesma.
MARTINS et al.	Educação permanente em sala de vacina: qual a realidade?	Revista Brasileira de Enfermagem	2018	Concluiu-se que os entraves para não realização da EPS se concretizam na sobrecarga de trabalho associada a recursos humanos insuficientes, o distanciamento do enfermeiro da sala de vacina e a falta de apoio das instâncias superiores.
RIBEIRO; MELO; TAVARES	A importância da atuação do enfermeiro na sala de vacina: Uma revisão integrativa	R. Enfer. UFJF	2017	A pesquisa aborda a temática da atuação do enfermeiro na sala de vacina frente à refrigeração, a qual destacou que a presença e a atuação expressiva do enfermeiro na sala de vacina foram indicadas como método para diminuir a incidência de falhas, uma vez que, o enfermeiro enquanto profissional de

				nível superior, é capacitado para atuar na educação permanente da equipe e organizar os processos, evidenciando assim a importância de sua presença no local.
SIQUEIRA et al.	Avaliação da organização e funcionamento das salas de vacina na Atenção Primária à Saúde em Montes Claros, Minas Gerais, 2015	Epidemiol. Serv. Saúde	2017	Os autores avaliaram a qualidade da organização e do funcionamento das salas de vacina em Montes Claros, Minas Gerais em 2015. Classificaram a maioria das salas de vacina como boa/ideal, porém, observaram que há necessidade de sistematização de educação permanente para os profissionais e de melhorias estruturais, a fim de atender às normas preconizadas pelo PNI.
LIMA; PINTO	O contexto histórico da implantação do Programa Nacional de Imunização (PNI) e sua importância para o Sistema Único de Saúde (SUS)	Scire Salutis	2017	Nesse estudo, os autores discutiram sobre a importância do PNI para a saúde pública e prevenção de doenças, destacando que o PNI desempenha um papel relevante na promoção da saúde, melhorando a qualidade de vida de grande parte da humanidade, se encarregando pela redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida.
LACERDA et al.	Capacitação em sala de vacina: uma proposta de educação permanente em saúde no município de esperança-PB	RI - Repositório Institucional UFSC	2017	No estudo ressalta-se a importância da educação permanente em imunização, uma vez que novas vacinas são incorporadas e novos conhecimentos adicionados ao Programa Nacional de Imunização. Sugere-se que possa haver rediscussões no que tange as ações de imunização, para qualificar ainda mais o trabalho que já está em prática.

SANTOS et al.	Fatores determinantes das perdas das vacinas em Unidades Básicas de Saúde	Id on Line Rev. Psic.	2016	Na pesquisa os autores descrevem os principais fatores determinantes das perdas dos imunobiológicos e o valor total dessas perdas no município de Petrolina. Para eles, o estudo sinalizou a importância de conhecer as causas das perdas dos imunobiológicos, que na maioria das vezes são evitáveis, o que poderá subsidiar o gerenciamento nas unidades de saúde, garantindo a qualidade das vacinas que são ofertadas nos serviços de saúde.
OLIVEIRA et al.	Educação para o trabalho em sala de vacina: percepção dos profissionais de enfermagem	R. Enferm. Cent. O. Min.	2016	De acordo com os autores, pesquisa visou identificar como se dá o processo de educação para o trabalho em sala de vacina na concepção dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e referência técnica em imunização. Destacaram que os achados apontam a necessidade de repensar as formas de educação dos profissionais de enfermagem que atuam em sala de vacina a fim de que ocorram melhorias no processo de trabalho e uma maior motivação e valorização desses trabalhadores.
SILVA et al.	Análise dos eventos adversos após aplicação de vacinas em Minas Gerais, 2011: um estudo transversal	Epidemiol Serv. Saúde	2016	No estudo analisou-se os principais eventos adversos pós vacinação ocorridos no estado de Minas Gerais em 2011. Foram observados eventos em todas as regiões do estado, mais frequentes após a administração de vacinas inativadas e entre crianças menores de 1 ano.

TERNOPOLSKI; BARATIERI; LENSTCK	Eventos adversos pós-vacinação: educação permanente para a equipe de enfermagem	Revista Espaço para Saúde	2016	Para os autores, o exercício de intervenção realizado neste estudo foi relevante para a discussão de uma problemática no serviço de saúde. Enfatizam que contextualizar e abordar sobre eventos adversos não é tarefa fácil, mas necessária para o aprimoramento dos serviços de imunização no SUS.
FOSSA et al.	Conservação e administração de vacinas: a atuação da enfermagem	Saúde Rev.	2015	Na pesquisa os problemas identificados estavam relacionados à estrutura e à organização das salas de vacinas. Assim, pelos dados analisados, consideram que há necessidade de um maior investimento na formação permanente dos profissionais, uma vez que as normas estão em constantes mudanças, e a introdução de imunobiológicos no calendário vacinal é frequente.
OLIVEIRA et al.	Fragilidades da conservação de vacinas nas Unidades de Atenção Primária à Saúde	Revista Brasileira de Enfermagem	2015	O estudo apontou falhas na estrutura das salas de vacinas, deficiência no processo de supervisão, desconhecimento das normas e técnicas do PNI e ausência de educação para os trabalhadores. Para os autores, a conservação de vacina não está adequada e pode comprometer a qualidade do imunobiológico dispensado à população.
MARINELLI; CARVALHO; ARAÚJO	Conhecimento dos profissionais de enfermagem em sala de vacina: análise da produção científica	Revista Univap	2016	A pesquisa identificou demanda urgente na qualificação do profissionais de enfermagem de sala de vacina. Percebeu-se que todos os artigos analisados evidenciam descumprimento das ações

				referentes ao manual de vacinação, apontando necessidade de processo contínuo e sistemático de supervisão e educação permanente.
GIOVELLI et al.	A percepção dos técnicos de enfermagem em relação aos riscos ocupacionais em salas de vacinas	Cogitare Enferm	2014	No estudo observou-se que as salas de vacinas apresentam inúmeros riscos ocupacionais e que muitos trabalhadores não os percebem. As vacinadoras entendem que os riscos ocupacionais estão relacionados somente aos acidentes de trabalho. Para os autores, a atenção do serviço municipal de promoção à saúde do trabalhador pode conferir valor à qualidade no trabalho deste profissionais.
OLIVEIRA et al.	Conservação de vacina em unidades públicas de saúde: uma revisão integrativa	Revista de Enfermagem Referência	2013	Para os pesquisadores, a análise da amostra apontou inúmeros entraves que podem comprometer a qualidade da imunogenicidade, além de um aumento considerável nos custos do PNI, com perdas desnecessárias de vacinas, por erros de manutenção da cadeia de frio. Tal situação aponta para a necessidade de educação permanente dos recursos humanos, de monitorização e avaliação do processo de trabalho e de novos estudos na área.
LUNA et al.	Aspectos relacionados a administração e conservação de vacinas em centros de saúde no Nordeste do Brasil	Ciência & Saúde Coletiva	2011	Na pesquisa detectaram-se lacunas quanto a estrutura física, verificação e registro do mapa de temperatura e orientações sobre os efeitos pós vacinais na maioria das salas estudadas. O estudo sinaliza que gerenciar o trabalho com imunobiológicos requer

				conhecimento e treinamento específico para que se possa ofertar serviço de qualidade e que não comprometa a erradicação e o controle de doenças imunopreveníveis.
FEITOZA; PEREIRA; LEITE	Condutas do enfermeiro nas situações de atraso vacinal em conformidade com o Programa Nacional de Imunização	Saúde Coletiva	2010	Os resultados deste estudo possibilitaram identificar a necessidade de realizar com maior frequência cursos de capacitação em sala de vacinação, que abordam atrasos vacinais com confecção de materiais de orientação específicos de simulações de atraso e suas respectivas condutas para a complementação do esquema em conformidade com o PNI.
FEITOSA; FEITOSA; CORIOLANO	Conhecimentos e práticas Do auxiliar de Enfermagem em sala de imunização	Cogitare Enferm.	2010	Neste estudo o propósito dos autores foi analisar conhecimentos e práticas do auxiliar de enfermagem em sala de imunização considerando seu papel fundamental na atenção básica. De acordo com os resultados da pesquisa, recomendam maior investimento na educação permanente destes profissionais aliando o conhecimento científico ao cotidiano do trabalho para uma atuação mais fortalecida e humanizada.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

A discussão sobre a temática foi organizada em três tópicos, os quais serão apresentados a seguir: pontos positivos da educação permanente para a equipe em sala de vacina; entraves que dificultam o processo de educação permanente; principais pontos em sala de vacina a serem explorados pelo enfermeiro em educação permanente.

4.1 PONTOS POSITIVOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A EQUIPE EM SALA DE VACINA

A equipe de imunização das unidades básicas de saúde é composta pelo enfermeiro e pelo técnico ou auxiliar de enfermagem, os quais têm responsabilidade quanto ao manuseio, conservação, preparo e administração, monitoramento de eventos adversos, registro e descarte dos materiais utilizados nas ações de vacinação. Cabe ao enfermeiro, supervisionar a sala de vacina e promover a educação permanente da equipe pela qual é responsável, considerando que a prática de educação para o trabalho, é uma ferramenta necessária para o enfrentamento dos contratempos relacionados às práticas de saúde (OLIVEIRA et al., 2016).

Fossa et al., (2015) afirmam que o enfermeiro tem a responsabilidade de estruturar as atividades de vacina e participar de estratégias como intensificação, bloqueio e campanhas de imunização. Os autores ressaltam que é papel do enfermeiro planejar, organizar, coordenar, e avaliar as estratégias aplicadas à cobertura vacinal e as taxas de abandono. Assim, o enfermeiro como educador em saúde deve compartilhar com a família, informações úteis dos inúmeros fatores necessários à prevenção e promoção da saúde por meio da vacinação.

A educação permanente tem como objetivo propor estratégias para alcançar o desenvolvimento da relação entre o trabalho e a educação, partindo da ideia de que o conhecimento nasce na identificação das necessidades e na busca de soluções para os problemas encontrados (FEITOSA; FEITOSA; CORIOLANO, 2010).

Para Ribeiro; Melo; Tavares (2017) o sucesso no serviço de imunização está relacionado à segurança e eficácia dos imunobiológicos, assim como a efetivação das recomendações específicas de conservação, manipulação, administração e acompanhamento pós-vacinal realizada pelos profissionais de enfermagem, destacando que o enfermeiro é o responsável pela supervisão do serviço na sala de vacina e pela educação permanente da equipe. Neste sentido, cabe ao enfermeiro manter-se presente diariamente atuando na vacinação, na supervisão contínua, orientando o paciente e/ou pais, gerenciando as possíveis reações adversas e dando suporte no sistema de registro e monitoramento da conservação dos imunobiológicos.

De acordo com Trindade et al., (2019), a respeito de vacinação segura, a portaria nº 529 de 1º de abril de 2013, que implementa o Programa Nacional de Segurança do Paciente, ressalta sobre o dever de produzir, sistematizar e ampliar informações sobre segurança do paciente e estender o acesso da população à cerca deste assunto. Para os autores, é necessário reiterar que a lavagem das mãos, conforme preconiza a Anvisa, é indispensável durante a

vacinação e no momento em que os procedimentos são realizados pela equipe de saúde, evitando assim a propagação de doenças, devendo a técnica ser realizada antes e depois de qualquer atividade realizada.

Segundo Luna et al., (2011) o Ministério da Saúde preconiza que nas salas de vacinas estejam sempre disponíveis os manuais, resoluções e informes técnicos operacionais para possíveis necessidades de consultas pela equipe, assegurando a realização de procedimentos e esclarecimentos, favorecendo a redução de complicações e viabilizando educação em saúde entre os usuários. Os autores entendem que as atualizações sistemáticas em vacinação são cobranças necessárias para que se ofereça um serviço de qualidade que extermine e controle as doenças imunopreveníveis.

Oliveira et al., (2013) corroboram afirmando que a vacinação tem alcançado posição de destaque entre as políticas públicas de saúde no Brasil, e que o PNI brasileiro tem se sobressaído internacionalmente devido seus considerados avanços na prevenção, controle e eliminação de doenças imunopreveníveis, bem como o rápido processo de introdução de novas vacinas no calendário. Assim, os pesquisadores ressaltam que a supervisão das atividades em sala de vacina é primordial para a monitorização e avaliação de procedimentos, na medida em que busca estabelecer o alcance dos objetivos e cumprimento de metas.

Frequentemente ocorrem mudanças no calendário vacinal e introdução de novos imunobiológicos, bem como, a modernização dos equipamentos em sala de vacina, requerendo da equipe profissional a obtenção de novos e específicos conhecimentos. Dessa forma, faz-se necessário a contínua atualização das instruções e um perfil de profissional mais comprometido com capacidade de adaptação às transformações, e ainda motivado a continuar aprimorando suas aprendizagens ao longo da vida profissional (OLIVEIRA et al., 2015).

Santos et al., (2016) ressaltam a relevância do investimento em capacitação permanente da equipe que atua em salas de vacinas, considerando a necessidade de identificar alterações que possam ocorrer e interferir na conservação dos imunobiológicos e reduzir a sua eficácia. Assim, os autores consideram a possibilidade de garantia da qualidade das vacinas que são oferecidas para a população nos serviços de saúde, contribuindo para o controle das doenças imunopreveníveis.

Estudo realizado por Ternopolski; Baratieri; Lenstck (2016) destacou a importância dos fatores relacionados ao manejo e administração das vacinas, alertando para as práticas inadequadas que resultam em danos para o produtor do imunobiológico, para o profissional que administra, e principalmente para os usuários que recebem a vacina. De acordo com os autores, tais consequências podem ser prevenidas através de capacitação dos profissionais,

fornecimento adequado de equipamentos e supervisão dos serviços, por meio de notificações e acompanhamentos de casos.

Neste sentido, Marinelli; Carvalho; Araújo (2016) corroboram afirmando que o enfermeiro em sala de vacina, tem papel de definir as ações que são de sua competência nesse contexto, colaborando para o controle e/ou eliminação de agravos preveníveis por imunizantes através da execução correta de toda a política tangente à conservação dos imunobiológicos, correto preparo e administração da vacina, atitude frente aos efeitos adversos, preenchimento correto das notificações e educação continuada da equipe a qual é responsável.

Lima e Pinto (2017) chamam a atenção para a importância das equipes profissionais e trabalhadores que desenvolvem papéis relacionados ao processo de imunização, destacando que estes devem permanecer envolvidos e comprometidos com o serviço de vacinação, o qual se faz necessário a capacitação continuada dessa equipe conforme as normas dos manuais elaborados pelo Ministério da Saúde, assim como dos órgãos competentes para que seja determinada a excelência dos imunobiológicos e a totalidade da assistência aos usuários desse serviço.

Ribeiro; Melo; Tavares (2017) descrevem que a educação permanente realizada pelo enfermeiro organiza os processos, diminuindo assim as incidências de falhas. A presença e a atuação expressiva do enfermeiro na imunização denotam maior qualidade na assistência prestada e maior segurança aos pacientes e familiares.

4.2 ENTRAVES QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Estudo realizado por Oliveira et al., (2016) mostrou que na rotina dos serviços de saúde, as atividades educativas direcionadas aos técnicos e auxiliares de enfermagem, que são os profissionais executores do cuidado em sala de vacina, não estão sendo inseridas no planejamento de atividades do enfermeiro. Segundo os pesquisadores, estudos brasileiros que tratam sobre o cuidado em sala de vacina, demonstram ausência de capacitação das equipes profissionais de nível médio, o que resulta em não execução de procedimentos normatizados em algumas instâncias locais, trazendo risco ao controle das doenças imunopreveníveis.

De acordo com Ternopolski; Baratieri; Lenstck (2016) pesquisa realizada com profissionais nos distritos sanitários de saúde do município de Guarapuava – PR mostrou que estes enfrentam várias dificuldades no desenvolvimento de suas atividades, relacionados principalmente à extensa demanda de usuários, insuficiência de verbas, e também devido à

rapidez em que os conhecimentos são atualizados no âmbito da saúde, como novos métodos de atendimento, novos medicamentos, novos imunobiológicos, demonstrando a necessidade de uma educação permanente contextualizada com as habilidades e avanços da área da saúde.

Normalmente capacitações que abrangem toda equipe de enfermagem, realizadas pelo nível central das secretarias municipais de saúde ou pelas gerências regionais de saúde, são inviabilizadas pela logística primordial devido ao grande número de pessoal, ao acesso, à efetividade do processo metodológico e à rapidez do conhecimento na área da saúde. Sendo assim, a educação no trabalho é uma ferramenta que pode melhorar o desempenho técnico, reduzindo as falhas nas ações de saúde trazendo reflexos positivos e qualidade da assistência (OLIVEIRA et al., 2013).

Para Trindade et al., (2019) a gestão em saúde é parte do cenário do cuidado integral, pois é a área que constitui a produção de conhecimento para planejar, administrar produzir, definir e avaliar, onde eles se integram e não se desassociam, e o enfermeiro atua, delega ou planeja as atividades. Segundo os autores, os enfermeiros se distanciam destas atividades devido aos processos burocráticos, ações de gerenciamento, e profissionais sob sua responsabilidade acarretando uma sobrecarga de trabalho, pois desenvolvem tanto atividades assistenciais quanto gerenciais, o que por vezes, prejudica o resultado do serviço.

Apesar da exigência do Ministério da Saúde e da lei do exercício profissional da enfermagem para que o enfermeiro permaneça na sala de vacina, não é assim que acontece na prática das atividades específicas deste setor, o que por vezes deixa a área de vacinação na responsabilidade dos auxiliares e técnicos de enfermagem, os quais atuam de forma rotineira e quase sempre automática. Tal situação ocorre devido a alta demanda de trabalho exercida pelo enfermeiro e ainda pela falta de planejamento para a supervisão e organização dos serviços de saúde, fazendo com que este profissional realize demandas que nem sempre são de sua competência, prejudicando a execução e a qualidade de gerenciamento do setor de vacina (RIBEIRO; MELO; TAVARES, 2017).

Pesquisa realizada por Fossa et al., (2015) observou que as enfermeiras buscam atender bem seus usuários, orientando e organizando o serviço porém possuem uma rotina muito sobrecarregada pois cumprem obrigações, atendem a ordens instituídas e estão sempre cercados de rotina com muitas atribuições, atendendo sob pressão demandas impostas sem limitação. Assim, o que não conseguem fazer de imediato acaba ficando pra depois, priorizando dessa forma o trabalho de outros profissionais. As múltiplas tarefas e atribuições no ponto de vista dos enfermeiros são objetos que dificultam o processo de supervisão (OLIVEIRA et al., 2015).

Em estudo realizado por Trindade et al., (2019) diversos enfermeiros relataram falta de tempo para acompanhar diretamente o serviço na sala de vacina devido ao acúmulo de outras atividades da ESF, tanto serviços gerenciais quanto de assistência. Disseram ainda que atuam muito pouco na administração das vacinas sendo esta prática basicamente delegada aos técnicos de enfermagem mesmo sendo ela uma das atribuições do enfermeiro, principalmente em casos de vacinação especial, considerando que a manipulação tem suas complexidades sendo importante o domínio da técnica. A laboração dos enfermeiros, trabalhando de forma simultânea como gerentes e responsáveis técnicos das salas de vacina, pode comprometer a efetividade na imunização da população em decorrência da sobrecarga de trabalho (SIQUEIRA et al., 2017).

Fatores como sobrecarga de trabalho relacionado ao baixo número de profissionais, à complexidade das atividades, o acúmulo de dois vínculos empregatícios podem resultar em tensão dos trabalhadores, podendo constituir riscos psicossociais devido ao estresse relacionado com o trabalho. Dessa forma, todos os aspectos e vivências do processo de trabalho tem potencial para resultar em dano físico ou psicológico do trabalhador (GIOVELLI et al., 2014).

Corroborando com essa ideia, estudo realizado por Martins (2018) sobre a realidade da educação permanente em sala de vacina , com 56 participantes em Minas Gerais verificou-se que independente da importância, este processo se mostra insuficiente e infrequente, demonstrando que a experiência prática teórica contribui para a execução do trabalho, uma vez que treinamento profissional não atua na sala de vacinação.

Neste sentido, Oliveira et al (2016) afirmam que a educação permanente em sala de vacina mesmo sendo uma necessidade, ela quando acontece, vem de forma tradicional, assistemática e na maioria das vezes sem a participação efetiva dos técnicos/auxiliares que são os responsáveis pela execução das atividades.

Lacerda et al., (2017) sugerem que possa haver rediscussões quanto a importância e necessidade de capacitações dos profissionais desta área, pois na verdade o vacinador ainda é visto e compreendido como apenas replicador de doses de vacina, ou seja, as capacitações não buscam qualificar ainda mais o seu trabalho e sim preencher uma necessidade imposta pelos relatórios das unidades.

Dessa forma, a falta de supervisão da sala de imunização pelo enfermeiro culmina com a precariedade das capacitações e conhecimento reduzido da equipe uma vez que a supervisão permite identificar as dificuldades dos trabalhadores e, conseqüentemente, manter a educação permanente (OLIVEIRA, et al., 2019).

4.3 PRINCIPAIS PONTOS EM SALA DE VACINA A SER EXPLORADO PELO ENFERMEIRO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE

Erros de imunização na administração de vacinas são causados por falhas cometidas em algum momento da imunização como armazenamento, preparo, manipulação ou administração, situações estas que são evitáveis. Os motivos para estes erros podem estar relacionados com a técnica não estéril de administração, reutilização de materiais descartáveis, contaminação do imunobiológico ou diluente, preparo incorreto, erro no local ou via de administração, a forma como é transportado, e inadequação no armazenamento (TERNOPOLSKI; BARATIERI; LENSTCK, 2016).

Neste sentido, Oliveira et al., (2019) referem que em relação aos sentimentos de insegurança relacionados aos eventos adversos, se faz necessário repensar as condutas da equipe; desde o aumento das capacitações, como o acompanhamento direto pelo enfermeiro. Visto que esses eventos geram transtornos e danos, e que, além disso, causam insegurança por parte da população, levando a uma diminuição na procura do serviço e, conseqüentemente, baixa adesão do calendário vacinal.

Para Trindade et al (2019) um ponto importante na gestão do enfermeiro sobre a sala de vacina está na necessidade de orientações efetivas para pacientes e familiares , pois só com o processo de trabalho e acompanhamento da qualidade das vacinas aplicadas será garantido a efetividade no programa de imunização.

De acordo com Ribeiro; Melo; Tavares (2017) os prejuízos na imunogenicidade da vacina, que ocorrem em decorrência do transporte, manipulação e armazenamento incorreto, são considerados perdas evitáveis, devido à falta de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e ainda pela falta de conhecimento e descumprimento das normas de conservação dos imunobiológicos. O estudo dos autores identificou falhas no processo de refrigeração dos imunobiológicos, apontando para a falta de capacitação dos profissionais atuantes na sala de vacina, bem como atuação ineficaz do enfermeiro. Deve haver sempre treinamento e capacitação para a equipe de enfermagem na sala de vacina para os meios de manipulação, conservação, preparo e administração, devendo realizar registro e descarte dos resíduos em locais apropriados. Deve ainda participar do processo que determina prioridades e do planejamento das ações de vacinação (TRINDADE et al., 2019).

Corroborando Siqueira et al., (2017) destacam que os profissionais devem ter uma visão mais crítica e reflexiva do seu trabalho, bem como receber atualização constante sobre os serviços a serem ofertados. Ressaltam que a introdução de novas vacinas no calendário do

PNI requer capacitação para melhor desempenho das habilidades e ampliação do conhecimento destes profissionais. Consideram também a importância da adequada condição de trabalho da equipe, para que as recomendações do Ministério da Saúde possam ser respeitadas.

Pesquisa realizada em Minas Gerais com profissionais que atuam em imunização, identificou falhas na estrutura das salas de vacina, carência no processo de supervisão, falta de conhecimento das normas técnicas do PNI e ausência de educação continuada para os profissionais, podendo tais fatores explicar a presença ainda de motivos das perdas dos imunobiológicos por acondicionamento inadequado (SANTOS et al., 2016).

Estudos realizados no Brasil tem identificado desconhecimento dos profissionais sobre intervalos de temperatura ideais para a conservação, falta de termômetros ou monitoramento contínuo de temperaturas, detecção de exposição com frequência dos produtos a temperaturas extremas ($<0^{\circ}\text{C}$ e $>10^{\circ}\text{C}$) ao serem transportados e armazenados, organização inapropriada dos refrigeradores e falta de exclusividade na estocagem das vacinas (MARINELLI; CARVALHO; ARAÚJO, 2016).

Atualmente, estudos têm demonstrado que o congelamento de vacinas é considerado um problema global, que ocorre tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, e que há falta de conhecimento dos profissionais no que diz respeito às vacinas que não podem ser submetidas ao congelamento. Assim, o enfermeiro como responsável direto pela equipe de enfermagem deve inserir, em sua rotina, a supervisão planejada da sala de vacina, identificando as demandas de capacitação dos profissionais, para que haja maior desenvolvimento do potencial e melhora na qualificação da equipe de enfermagem (OLIVEIRA et al., 2015).

O Manual de rede de frio proposto pelo Ministério da Saúde destaca a importância de entender que a rede de frio é um processo de grande complexidade e que envolve várias etapas para que não haja comprometimento em sua execução. Seus objetivos estão centrados na segurança dos imunobiológicos, considerando que estes são pouco resistentes às variações de temperaturas, situação que altera sua composição inativando-as. De acordo com o Ministério da Saúde os níveis de armazenamento e distribuição, equipamentos, cuidados e manipulação por parte dos profissionais, são elementos básicos que devem compor esta rede (LIMA; PINTO, 2017).

De acordo com Oliveira et al., (2013) com a elevada introdução de vacinas nos calendários atuais, e de modo consequente, um custo elevado de algumas destas vacinas, é fundamental uma maior supervisão das atividades de conservação, com objetivo de manter a

qualidade dos imunobiológicos disponibilizados à população. Fatores importantes a ressaltar também, é que os profissionais que laboram em salas de vacinas devem permanecer atentos a aspectos importantes como, via e local de administração da vacina, validade, conservação, idade recomendada para cada vacina, intervalo entre as doses e a composição da vacina (GIOVELLI et al., 2014).

Silva et al., (2016) afirmam que o monitoramento da segurança das vacinas é o principal critério para alcançar níveis de confiabilidade dos componentes vacinais e maior adesão da população, bem como frequente manutenção e redução das doenças já controladas. Assim, é importante manter sistemas de vigilância de eventos adversos pós-vacinação. Considerando também os fatores que predispõe ao atraso vacinal, é importante que o enfermeiro participe de programas de treinamento e aprimoramento de profissionais de saúde, programas de vigilância epidemiológica, dentre outros, de acordo com a Lei 7.498/86 que dispõe sobre o exercício da enfermagem em seu artigo 8º (FEITOSA; PEREIRA; LEITE, 2010).

Feitosa; Feitosa; Coriolano (2010) ressaltam que a sala de vacina deve ser mantida sempre limpa e organizada, a fim de prevenir infecções e garantindo ao usuário assistência segura e de qualidade. Assim, cabe ao enfermeiro planejar, organizar, supervisionar e realizar as atividades de enfermagem no que tange à imunização na Atenção Básica, bem como, colaborar com a elaboração dos programas multiprofissionais de saúde pública, direcionados à população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou conhecer a importância do enfermeiro como profissional responsável pela sala de vacina no que diz respeito à educação permanente neste setor. Percebemos que esta é uma estratégia relevante para o alcance do desenvolvimento da relação entre o trabalho e a educação, considerando que o conhecimento nasce na identificação das necessidades e na busca de soluções para os problemas encontrados.

Com as frequentes mudanças no calendário vacinal, faz-se necessário que o enfermeiro busque a constante atualização das instruções bem como manter um perfil comprometido e motivado a continuar aprimorando seus conhecimentos ao longo da sua vida profissional.

A garantia do sucesso no serviço de imunização está diretamente ligada à segurança e eficácia dos imunobiológicos, bem como a efetivação das recomendações específicas de recomendação, manipulação, administração e acompanhamento pós-vacinal realizada pelos profissionais de enfermagem. Assim, observamos que a educação permanente organiza e facilita o trabalho da enfermagem em sala de vacina, diminuindo as incidências de falhas.

No estudo, identificamos que os fatores negativos estão relacionados à falta de tempo dos enfermeiros em acompanhar diretamente o serviço na sala de vacina, motivado pelo acúmulo de outras atividades tanto nos serviços gerenciais quanto assistenciais. Outro fator diz respeito à sobrecarga de trabalho relacionada comumente ao número reduzido de profissionais, à complexidade das atividades e o acúmulo de dois vínculos empregatícios, o que pode favorecer o estresse e constituir riscos psicossociais relacionados ao trabalho.

Concluindo, no que tange ao serviço de imunização, é necessário que o enfermeiro repense sobre o seu papel e reflita sobre a importância da educação permanente na sala de vacina, para garantir as orientações efetivas aos pacientes e familiares e obter sucesso no serviço. O enfermeiro deve planejar, organizar, supervisionar e realizar as atividades de enfermagem de modo sistemático mantendo visão crítica e reflexiva para que possa alcançar os objetivos propostos em sala de vacina.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Suellen Gomes Barbosa, et al. **Educação permanente em saúde e atividades de vacinação: revisão integrativa.** *Revista de Enfermagem UFPE*, v. 11, n. 1, p. 410-42.2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11922>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. **Imunização:** Saúde. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2018/10/ha-45-anos-programa-de-imunizacao-contribui-para-erradicar-doencas>>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. **Manual de procedimento para vacinação.** Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília (DF): 2014. Disponível em <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/-01VACINA/manual_procedimentos_2014.pdf> Acesso em 22 set. 2018.

_____. **A educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer.** Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. 2º ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_permanente_entra_na_roda.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

_____. **Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS Caminhos para a Educação Permanente em Saúde.** Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. 2004. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica2_vp.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

DOMINGUES, Carla Magda Allan S e TEIXEIRA, Antônia Maria da Silva. **Coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil no período 1982-2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunizações.** *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.22, n.1, p. 9-27. 2013. Disponível em:< http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742013000100002&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 26 set. 2018.

FEITOSA, Lucas Rodrigues; FEITOSA, Jullyanne Alexandre; LAVOR, Maria Wanderleya Coriolano de. Conhecimentos e práticas do auxiliar de enfermagem em sala de imunização. *Cogitare Enfermagem*, v. 15, n. 4, 2010.

FEITOZA, Eliude Teixeira de Melo; PEREIRA, Tânia Cristina Evangelista Joaquim; LEITE, Graciene Lannes. Conduas do enfermeiro nas situações de atraso vacinal em conformidade com o Programa Nacional de Imunização. *Saúde Coletiva*, v. 7, n. 45, 2010.

FOSSA, Angela Márcia et al. Conservação e administração de vacinas: a atuação da enfermagem. *Saúde em Revista*, v. 15, n. 40, p. 85-96, 2015.

GIOVELLI, Graciela et al. A percepção dos técnicos de enfermagem em relação aos riscos ocupacionais em salas de vacinas. *Cogitare Enfermagem*, v. 19, n. 2, 2014.

JESUS, Maria Cristina Pinto de et al. **Educação permanente em enfermagem em um hospital universitário.** *Rev. esc. enferm. USP*, v.45, n.5, p.1229-1236. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n5/v45n5a28.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

LACERDA, Kicyanna Silva et al. **Capacitação em sala de vacina: uma proposta de educação permanente em saúde no município de Esperança-PB.** RI - Repositório Institucional UFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172854>. Acesso em: 05 mai. 2018.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5°. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india> Acesso em: 08 out. 2018.

LIMA, Adeânio Almeida; PINTO, Edenise dos Santos. O contexto histórico da implantação do Programa Nacional de Imunização (PNI) e sua importância para o Sistema Único de Saúde (SUS). *Scire Salutis*, v. 7, n. 1, p. 53-62, 2017.

LUNA, Geisy Lanne Muniz et al. Aspectos relacionados à administração e conservação de vacinas em centros de saúde no Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 513-521, 2011.

MARINELLI, Natália Pereira; CARVALHO, Khelyane Mesquita; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista. Conhecimento dos profissionais de enfermagem em sala de vacina: análise da produção científica. *Revista Univap*, v. 21, n. 38, p. 26-35, 2016.

MARTINS, Teixeira et al. Educação permanente em sala de vacina: qual a realidade?. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 71, 2018.

MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção Conceitual: Educação Permanente e Educação Continuada no processo de trabalho em saúde.** 2008. Disponível em: <<http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1311947098405educa%E7%E3o%20continuada%20e%20permanente>>. pdf. Acesso em: 29 out. 2018

MELO, Giselle Karine Muniz de; OLIVEIRA, Janice Vasconcelos e ANDRADE, Maria Sandra. **Aspectos relacionados à conservação de vacinas nas unidades básicas de saúde da cidade do Recife - Pernambuco.** *Epidemiol. Serv. Saúde*]. v.19, n.1, p.26-33. 2010. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742010000100004> Acesso em: 27 out. 2018

MOCHIZUKI, Ludmilla Bastos. **Avaliação da Qualidade da Assistência de Enfermagem em Salas Públicas de Vacinação de Goiânia.** 2017.103 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem (FEN), Programa de pós-graduação em Enfermagem, Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7557>> Acesso em: 28 ago. 2018

MONTANHA, Dionize; PEDUZZI, Marina. **Educação permanente em enfermagem: levantamento de necessidades e resultados esperados segundo a concepção dos trabalhadores.** *Rev. esc. enferm. USP*, v.44, n.3, p.597-604. 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342010000300007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 14 out. 2018.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al. **Supervisão de enfermagem em sala de vacina: a percepção do enfermeiro**, v.22, n.4, p.1015-1021. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000400018&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 out. 2018.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al. Educação para o trabalho em sala de vacina: percepção dos profissionais de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 6, n. 3, 2016.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al. Fragilidades da conservação de vacina nas Unidades de Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al. Conservação de vacina em unidades públicas de saúde: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem Referência**, n. 9, p. 45-54, 2013.

OLIVEIRA, Valéria Conceição et al. A percepção da equipe de enfermagem sobre a segurança do paciente em sala de vacinação. **Revista Cuidarte**, v. 10, n. 1, 2019.

PINTO, Maria de Lourdes Coelho; CAETANO, Joselany Áfio; SOARES, Enedina. **Conhecimento dos vacinadores: aspectos operacionais na administração da vacina. Rev. RENE**; 2(2): 31-38, jul.-dez. 2001. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/5827>>. Acesso em: 02 out. 2018.

QUEIROZ SA Syntia et al. Atuação da equipe de enfermagem na sala de vacinação e suas condições de funcionamento. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v.10, n.4. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3240/324027968015>> Acesso em: 22 set. 2018.

RIBEIRO, Ana Beatriz; MELO, Camila Taliene do Prado; TAVARES, Daiana Rocha Silva. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SALA DE VACINA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista de Enfermagem da UFJF**, v. 3, n. 1, 2017.

SANTOS, Jaqueline Adelaide da Silva et al. Fatores determinantes das perdas das vacinas em Unidades Básicas de Saúde. **Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 10, n. 32, p. 41-53, 2016.

SILVA, Francelena de Sousa et al. **Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados**: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.34, n.3. 2018. Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2018000305012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 out.2018.

SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da. 40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da Saúde Pública brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde** [online], v.22, n.1, p.7-8. 2013. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000100001> Acesso em: 07 out. 2018.

SILVA, Cláudio Nei Nascimento; PORTO, Marcelo Duarte. **Metodologia científica descomplicada: prática científica para iniciantes**. Brasília: Editora IFB, 2016. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/view/373/155>>. Acesso em: 13 out. 2018.

SILVA, Suelem Santos et al. Análise dos eventos adversos após aplicação de vacinas em Minas Gerais, 2011: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 45-54, 2016.

SIQUEIRA, Leila das Graças et al. Avaliação da organização e funcionamento das salas de vacina na Atenção Primária à Saúde em Montes Claros, Minas Gerais, 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, p. 557-568, 2017.

TEIXEIRA, Antonia Maria da Silva; ROCHA, Cristina Maria Vieira da. **Vigilância das coberturas de vacinação: uma metodologia para detecção e intervenção em situações de risco**. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 217-226, set. 2010. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742010000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2018.

TERNOPOLSKI, Chayane Andrade; BARATIERI, Baratieri Tatiane; LENTSCK, Maicon Henrique. Eventos adversos pós-vacinação: educação permanente para a equipe de enfermagem. **Espaço para Saúde**, v. 16, n. 4, p. 109-119, 2016.

TRINDADE, Alexsander Augusto et al. As implicações práticas do enfermeiro em saúde da família: um olhar sobre a sala de imunizações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 19, p. e263-e263, 2019.